

Apresentação

Educação Escolar Quilombola e Indígena no Brasil: contextos, redes e perspectivas

Dra. Andréia Rosalina Silva¹
Universidade de São Paulo

Dra. Ana Lúcia Cardoso do Nascimento²
Universidade Federal Rural da Amazônia

Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib³
Universidade Federal de Uberlândia

A educação escolar quilombola e indígena no decorrer da história da educação no Brasil sempre esteve vinculada a uma realidade de precariedade, empobrecimento, negação do respeito ao direito de suas especificidades e particularidades. No século XX, a partir dos princípios trazidos na Constituição Federal de 1988, relacionados a educação escolar, vislumbra-se possibilidades para a instalação de maior investimento, respeito as especificidades, construção de propostas pedagógicas que dialoguem com a realidade dos povos indígenas e quilombolas. A partir daí se cria um elenco de políticas educacionais específicas nessa direção - diretrizes curriculares são aprovadas, surgem financiamentos para investimento nas escolas indígenas e quilombolas, formação de professores e professoras, há a consideração da educação intercultural, e em algumas cidades melhorias nas infraestruturas das escolas, dentre outras conquistas.

Esse trânsito das políticas públicas educacionais, nas últimas décadas, direcionando para o exercício do direito à educação e primando pela valorização das diferenças nem sempre fluiu de maneira tranquila e com alcance expressivo às populações quilombolas e indígenas. Neste sentido, constata-se que iguais direitos ou oportunidades nem sempre se configuram como prioridades por estados e municípios em fazer cumprir as prerrogativas legais que regem as diretrizes curriculares específicas, Diretrizes Curriculares Nacionais para educação escolar Indígena e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, bem como outras referências educacionais. Deste modo, convive-se com o

¹ Pós doutora em Psicologia Social e do Trabalho. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), São Paulo, SP. E-mail: andreiarosalina12@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1164513999097820>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1708-8961>.

² Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Doutora em Ciências/Área de concentração Socioambiental/UFPA-NAEA. Pós-doutora em Antropologia Social. E-mail: ana.cardoso@ufra.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5200809979387791>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8721-1975>.

³ Doutor em História Cultural. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, (MG) Brasil. E-mail: cairo@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8239652570307384>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9478-7670>.

eterno e controverso paradoxo, de legislações que podem assegurar a mudança da realidade de caos e déficit, mas ao mesmo tempo habituar-se com sistemas educacionais e governantes que as negam, inviabilizando a concretização de uma educação escolar indígena e quilombola pautada no exercício contínuo e dinâmico da diversidade.

Carril (2017, p. 552) ao tratar da educação quilombola afirma que

Os desafios postos para a educação escolar destinada aos estudantes quilombolas são amplos e antagônicos, pois o reconhecimento da especificidade é franco a partir da própria criação das DCN, da atenção que tem sido levada às escolas quilombolas e às que não se encontram nesses territórios, mas que buscam atender as crianças das comunidades. Recursos financeiros, material didático específico e o incentivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) revelam avanços. Contudo são muitas as inseguranças presentes na educação quilombola, envolvendo as condições dos estabelecimentos escolares, o uso de recursos didáticos apropriados e a formação docente.

Diante do exposto, observa-se que não basta apenas criar e aprovar legislações, é essencial que haja controle social, com a sociedade civil organizada fiscalizando e exigindo a aplicação dessas leis.

Este dossiê destaca, especialmente, dois grupos sociais que possuem uma forte organização como movimento social: os povos indígenas e quilombolas. As conquistas que obtiveram são resultado dessa organização e das suas lutas. No entanto, essa tarefa não é simples, pois, ao tentar implementar as políticas, surgem conflitos políticos, financeiros, culturais, entre outros. Isso se deve à postura segracionista e discriminatória da sociedade brasileira em relação a esses grupos, além da persistência do racismo estrutural (Almeida, 2019). Aqueles que administram a educação no Brasil ainda têm a visão de que estes sujeitos historicamente invisibilizados não precisam estudar ou frequentar a escola. Numa concepção errônea, de que indígenas e quilombolas são incapazes de cursar uma universidade ou que, na verdade, carecem dessa capacidade. No entanto, a cada ano, pesquisas acadêmicas e dados de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) provam o contrário.

Neste sentido, a política de cotas e de ação afirmativa nas universidades surgiu para garantir o direito a educação superior aos indígenas e quilombolas em todas as áreas do conhecimento, e a cada ano aumenta o quantitativo de sua qualificação no ensino superior, antropólogos, advogados, médicos, sociólogos, filósofos, biomédicos, docentes, engenheiros, jornalistas, cineastas, demonstrando sua capacidade intelectual e cognitiva, por meio de suas cosmologias e ontologias.

Baniwa (2016, p. 56) ao analisar a atuação do indígena antropólogo enfatiza a necessidade de demarcar a produção a partir do conhecimento ancestral e lutas

Os indígenas antropólogos, membros de civilizações milenares, devem continuar construindo gradativamente seu próprio espaço na antropologia e na academia em geral, com identidades coletivas próprias, com metodologias próprias e, sobretudo, com propósitos coletivos próprios. Se a antropologia contribuiu com os propósitos colonizadores e dominadores dos impérios ocidentais, tem de ampliar, também por meio de mãos e cérebros de indígenas antropólogos, sua contribuição com as lutas presentes e futuras dos povos indígenas por seus direitos coletivos e suas continuidades históricas.

A contradição constante surge quando, em diversos contextos, se fala sobre a importância de respeitar os diferentes sujeitos, suas histórias, pertencimentos, identidades, culturas e crenças, mas isso não se reflete na prática. A falta de concretização dessa ideia se manifesta na persistência de atitudes racistas e discriminatórias nas escolas e universidades, mesmo com a existência de um amplo arcabouço legal e recursos destinados a isso. Assim, ainda é um grande desafio apresentar a educação escolar quilombola e indígena como um modelo e referência no cenário educacional.

As diretrizes curriculares mencionadas incluem todos os aspectos filosóficos, pedagógicos, científicos, históricos, culturais e socioeconômicos necessários para entender e implementar a educação escolar indígena e quilombola. No entanto, o avanço nesse sentido é limitado, pois esbarra em uma visão restrita ou até inexistente de "outridade". Existe uma dificuldade em compreender o outro, especialmente aquele visto como diferente, em sua singularidade e especificidade.

O que presencia-se é a prática de uma Educação Escolar Indígena e Quilombola distante do exercício da valorização das pertencências identitárias desses sujeitos, que continuam aprisionados nos porões da invisibilidade produzida e mantida pelos modelos educacionais tradicionais. Sabemos que mesmo existindo uma base legal de cumprimento de uma educação para os povos indígenas e população quilombola todo esse processo de protagonismo não tem sido fácil, uma vez que percorreram e percorrem ainda caminhos de lutas, objetivando a visibilidade positiva e necessária dos valores identitários indígenas e afrodescendentes e para que suas histórias e pertencimentos sejam relidos de forma positiva dentro e forma dos meandros da educação formal.

Em outras palavras, as políticas educacionais atuais não respaldam tão somente o cumprimento de uma educação que contemple e valorize as especificidades culturais do país. Ela não é só um marco legal oficial, mas se constitui e se construiu pelos embates e reivindicações dos movimentos sociais que, historicamente, reivindicaram a transformação de olhares acerca da efetivação de uma educação diversa, plural e (re) construtora de

identidades positivas, por acreditarem que o processo de mudança impulsionado pelos momentos de lutas e de mudança social só seriam evidenciados se orquestrassem com a recriação dos sentidos e significados do papel da educação no entendimento de uma educação conectada com a valorização das pertencas e identidades dos diferentes sujeitos que contribuíram para a história do país.

Este dossiê, ao apresentar a temática da Educação Indígena e Quilombola na perspectiva das políticas educacionais, pretende provocar um olhar para a educação brasileira de desconstrução de uma educação que promove a branquitude, os privilégios de acesso e permanência aos lugares de produção do conhecimento, a imposição de uma educação que privilegia os colonizadores e não os valores identitários afro-indígenas brasileiros.

A diversidade no seu sentido plural traça as inúmeras possibilidades de diálogos, bem como os desafios impostos para a aplicabilidade das legislações e diretrizes tão bem construídas e apresentadas em cada artigo que compõe essa coletânea, os textos nos permitem refletir sobre o lugar das questões quilombolas e indígenas na educação nacional e a necessidade de fazer com que o arcabouço normativo que norteia o cumprimento dessas modalidades de ensino possa fortalecer o entendimento desse referencial como um processo necessário e articulado ao exercício da equidade e da diferença no processo educacional brasileiro. E, sobretudo apresentá-las com potencialidade de atributo, intervenção qualificada, capacidade de inovação e transformação educacional a partir de suas cosmologias e ontologias.

Este dossiê traz a entrevista de duas mulheres líderes em suas comunidades e povos: Eliane Boroponepa Monzilar, indígena da terra Umutina/MT, doutora em Antropologia pela UnB e professora da Educação Básica, e Marta Quintiliano, quilombola do Quilombo Vó Rita/GO, doutoranda em Antropologia Social, com ênfase em Etnopolíticas, resistências e transformações epistemológicas, pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Ambas, a partir de sua experiência e potência no exercício do *“lugar de fala”* (Ribeiro, 2017), elaboram um relato único sobre a educação no Brasil, entendida como um espaço político de constante luta, vinculado ao ensino enquanto instituição formal.

O dossiê é composto por vinte artigos, sendo um deles elaborado a partir de uma perspectiva internacional. Todos os artigos passaram por um rigoroso processo de avaliação, no qual foram escolhidos pesquisadores com expertise na área. A representatividade dos artigos inclui pesquisadores e Instituições de Ensino Superior de diversas regiões do país, além de movimentos sociais, como o IMENA/AP. Entre as IES, há uma rica e significativa diversidade regional: Universidade Federal do Pará, Universidade Estadual do Amapá, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do

Tocantins, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA), Secretaria de Educação do Estado do Paraná, Universidad Autónoma Nacional de México e a University of Warsaw (Varsóvia).

Os conteúdos abordam temáticas relacionadas ao currículo, princípios e fundamentos pedagógicos, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares, além de questões como formação de professores e professoras, acesso e permanência no ensino superior. As metodologias utilizadas incluem relatos de experiências e estudos de casos, com foco em pesquisa qualitativa ou bibliográfica. Em todos os casos, as pesquisas identificam a realidade, as viabilidades, os problemas e apontam as potencialidades existentes.

Com relação a questão curricular é apresentado as possibilidades de inserção no currículo tendo como referência as cosmologias e culturas indígenas e quilombolas. Vionicia Ortiz Fernandes, Rhuan Guilherme Tardo Ribeiro e Bruna Marques Duarte apresentam o artigo *Para Ensinar a Matemática Através do Takua ou Taquary na aldeia Jaguapirê* com a descrição do instrumento conhecido como Takua ou Taquary utilizado pelas mulheres nos cantos e nas danças indígenas, conhecidas como Jeroky, apresentam um plano de aula que articula os conhecimentos sobre os sólidos geométricos, figuras planas e os conhecimentos tradicionais sobre o Takua. Jessica Araújo dos Santos e Edinéia Tavares Lopes e os *Saberes e fazeres da Espada de Fogo: possibilidades para a Educação em Ciências na Educação Escolar Quilombola* oportunizam a reflexão sobre a produção da Espada de Fogo como temática para a Educação em Ciências na escola da comunidade quilombola Porto d'Areia, considerando a proposta de contextualização a partir de critérios fundamentados em Paulo Freire e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Sobre o ponto de vista dos princípios das diretrizes curriculares nacionais dos indígenas e quilombolas, destaca-se os artigos de Alexandre Herbetta, Aurora Badillo Ochoa, Gregório Huhte Krahô e Jose Cohxyj Krikati - *Cartografias de Interculturalidade: Considerações Epistemológicas em Políticas Educacionais* tendo como referência o projeto “Cartografias de Interculturalidade: dores, obstáculos, alegrias, avanços e transformações epistemológicas através das políticas educacionais”, realizado através de uma pesquisa pós-doutoral na região mesoamericana mexicana, o artigo se constitui como uma das primeiras explorações dos

resultados da pesquisa, na qual sistematiza uma topografia sobre a variação entre políticas interculturais, ressaltando alguns elementos das políticas interculturais em ambos os países, tentando colaborar no fomento e no refinamento de tais políticas, que são fundamentais para a universidade, a democracia e os territórios.

Leila Tavares Silva do Nascimento e Lúcia de Fátima Melo apresentam *A política de educação escolar indígena no estado do Acre: entre as margens dos rios e interseccionalidades do saber* no qual desenvolvem uma discussão acerca da política de escolarização indígena no estado do Acre confrontando a realidade e a dificuldade da aplicabilidade da legislação, verificando que os documentos oficiais veiculam a valorização dos povos indígenas, de suas línguas e formulação própria de saberes, no entanto, a legislação brasileira que preconiza a garantia desses direitos, é a mesma que os cerceia ao pleno acesso à escola diferenciada em razão dos elementos burocráticos e administrativos que se impõe ao espaço escolar enquanto instituição social construída, em sua integralidade, com base na cultura ocidental.

Maria das Dores do Rosário Almeida e Joana Carmen do Nascimento Machado trazem *Educação quilombola e desenvolvimento sustentável em perspectiva no estado do Amapá* analisando a importância do Projeto Educar para a Igualdade – Quilombo Minha Identidade, desenvolvido pela Escola Quilombola Estadual Daniel de Carvalho, à luz da Lei nº 10.639/2003, e sua interface com a política de desenvolvimento sustentável do estado do Amapá.

Ione da Silva Jovino, Ligia Paula Couto, Letícia Fraga, Ronna Freitas de Oliveira apresentam *O conceito de equidade e a educação escolar quilombola no Paraná* com alguns resultados de uma pesquisa aplicada sobre a equidade no Ensino Médio (EM), referente à educação escolar quilombola no Paraná (PR), tratando-se de uma discussão teórica com levantamento bibliográfico, a discussão inicia sobre o conceito de equidade na educação em sentido amplo, sendo compreendido como um modo de proporcionar distribuição de direitos, recursos e oportunidades de maneira mais justa, com imparcialidade.

Educação escolar indígena: da política integracionista ao direito constitucional de autoria de Lucielton Tavares de Almeida e Maria Cristina Leandro de Paiva que analisam o panorama legislativo brasileiro que rege as políticas de educação escolar indígena partindo da Constituição Federal de 1988 até a atualidade, e reúnem documentos resultantes de lutas seculares por parte dos movimentos sociais indigenistas pelo direito a uma educação de qualidade, o texto apresenta a sistematização de dados concernentes à atual situação dessas escolas no território brasileiro.

A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: contexto brasileiro de produção teórica tendo como autoras Livia de Oliveira Guimarães e Patricia Montanari Giraldi, um estudo bibliográfico sobre a

implementação da Educação Escolar Quilombola, onde analisam as produções acadêmicas presentes em seis plataformas digitais, tendo como critério de inclusão da presença do termo “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola” no título, resumo ou palavras-chave.

Andréia Martins da Cunha e Shirley Aparecida de Miranda apresentam o artigo “*Preferencialmente Quilombola*”- a encruzilhada território, docência e política de Educação Escolar Quilombola e constroem uma reflexão sobre os deslocamentos provocados pela implantação de uma política educacional voltada para a Educação Escolar Quilombola (EEQ), partindo do pressuposto de que prerrogativa “preferencialmente quilombola”, instituída no contexto da política de EEQ de Minas Gerais, traz, à cena, tensões e conflitos que enfocam o confisco de uma identidade e o processo insurgente de sua resignificação. Ser quilombola, ser professora, professor quilombola, mais que disputar um espaço funcional na instituição escola, diz da existência de uma identidade no campo político, uma existência em disputa.

Ivonete Nink Soares, Weidila Nink Dias e Diego Aram Meghdessian Bedrosian autores do artigo *Políticas linguísticas na educação escolar indígena*, cujo objetivo examina as políticas linguísticas e suas implicações na educação escolar indígena, com ênfase nas trajetórias históricas e nos desafios contemporâneos, analisando como as políticas linguísticas influenciam a preservação e revitalização das línguas indígenas no contexto da educação escolar indígena. Além de identificar os obstáculos que ainda persistem na implementação de uma educação intercultural e bilíngue, esta pesquisa busca contribuir para a reflexão e o desenvolvimento de políticas linguísticas educacionais mais eficazes e inclusivas.

A experiência educativa do Povo Juruna: o trabalho pedagógico comunitário na construção de uma escola fronteiriça é resultado da produção de Francilene de Aguiar Parente, Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo e Taiane Lima Silva a qual discute-se como os Juruna do Km 17 – trecho localizado entre os municípios de Altamira e Vitória do Xingu, estado do Pará, vêm utilizando a escola existente na comunidade Boa Vista para a demarcação das suas fronteiras identitárias, analisando a construção da identidade Juruna na sua relação com o pensar e o fazer pedagógico da escola da aldeia Boa Vista, sinalizando, nas práticas escolares, o atendimento aos preceitos legais da política de educação escolar indígena e o fortalecimento da identidade étnica, especialmente quando em processo de etnogênese.

No artigo *Language rights, indigenous cultures and intercultural education in (Portuguese) as na additional language: approaches from the Brazilian and Polish contexts* Samuel Figueira-Cardoso examina a diversidade linguística no Brasil e na Polônia, com foco no status das línguas indígenas e no ensino de línguas adicionais, como o português, sob uma abordagem intercultural (Baniwa, 2013; Kayapó, 2019). A pesquisa parte da concepção de língua como

fenômeno histórico e social (Marcuschi, 2008), analisando os direitos linguísticos em ambos os países (Pisarek, 2011; Szwajczuk, 2013, Przybyła-Wilkin, 2021) e refletindo sobre a incorporação dessas línguas na sociedade.

Vinculados ao tema da Formação de Professores Indígenas, destacam-se os artigos: *O povo indígena Palikur e sua identidade étnica na prática pedagógica dos professores na Aldeia Kumenê da Amazônia Amapaense* tendo como autores José Adnilton Oliveira Ferreira, Elivaldo Serrão Custodio e Cleuma Roberta de Souzar Marinho apresentando o estudo do povo indígena Palikur e sua identidade étnica na prática pedagógica dos professores não indígenas na Aldeia Kumenê da Amazônia Amapaense, no ensino fundamental II do Sistema de Organização Modular de Ensino Indígena do estado do Amapá. Partindo da problemática quais as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores não indígenas no currículo escolar indígena que fortalecem a identidade étnica do povo Palikur? E *O silenciamento da temática Formação continuada do professor não indígena que atua em escolas indígenas* de autoria de Aurineia Claudio Martins e Nayana Cristina Gomes Teles, com os resultados de uma pesquisa que analisou como a temática da formação continuada de professores não indígenas vem sendo explorada, visando contribuir para uma reflexão mais ampla sobre as necessidades e desafios da atuação docente na educação escolar indígena, assim como investigou a produção nacional sobre esse tema, buscando mapear pesquisas na pós-graduação brasileira e discutir as características da formação continuada oferecida aos professores não indígenas que atuam em escolas indígenas.

A temática do acesso e permanência de indígenas e quilombolas nas universidades é abordada em diversos artigos. O primeiro, *O processo de permanência de estudantes indígenas ingressantes pelo vestibular para os povos indígenas na UNIOESTE*, de Magueda Thomaz Villas Boas e Marize Rauber Engelbrecht, investiga a permanência de estudantes indígenas ingressantes pelo vestibular específico para povos indígenas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com o objetivo de compreender e analisar a continuidade desses estudantes nos cursos de graduação da instituição.

Etiene Fabbrin Pires Oliveira e Laranna Prestes Catalão, no artigo *Implementação e Resultados do Projeto Piloto de Permanência Estudantil Indígena e Quilombola na UFT: um relato de experiência*, relatam a experiência pioneira do campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que, em 2023, criou e implementou um projeto piloto de acolhimento e permanência de estudantes indígenas e quilombolas, analisando indicadores de várias dimensões, como acolhimento, moradia, alimentação, transporte, inclusão social, apoio psicossocial e apoio pedagógico.

O artigo *10 Anos do Processo Seletivo Especial na UFPA: conquistas e desafios da inserção do movimento indígena no ensino superior paraense*, de Gabriel Silva Braga, Denise Machado Cardoso, Elaine Bruno Lima Baré e Antônio José Marinho Aguiar Neto Piratapuaia, analisa os avanços e desafios após dez anos do Processo Seletivo Especial na Universidade Federal do Pará (UFPA), instituído em 2010, com base em dados oficiais, levantamento bibliográfico e entrevistas com lideranças da Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA.

O estudo *Condições de ingresso e permanência de indígenas nas Instituições Federais de Ensino Superior entre 2013 e 2019*, de Everson Meireles, Luciana Alaíde Alves Santana, José Jorge de Carvalho e Paulo Gabriel Soledade Nacif, avalia os efeitos das ações afirmativas no ingresso e permanência de estudantes indígenas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a partir de dois estudos descritivo-exploratórios com dados de 65 IFES e 3.001 estudantes indígenas, analisando o perfil dos estudantes, as condições de acesso e permanência, e a proporção de indígenas na população de cada Unidade da Federação.

O artigo *A universidade é para indígena e quilombola?*, de Maria Fernanda Monteiro Favacho, Marcela Montalvão Teti e Daniele Vasco dos Santos, reflete sobre os processos de acesso e permanência de indígenas e quilombolas no ensino superior brasileiro, destacando a complexidade da inserção dos povos tradicionais nas universidades e os desafios enfrentados no acesso e na permanência.

No campo das reflexões acerca das políticas de financiamento da educação, o artigo: *As políticas públicas de financiamento Educacional e o exercício da equidade no Programa Dinheiro Direto na Escola*, de autoria de Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, Filipi Silva Limonta e Hilda Souza Pereira, discute as políticas públicas de financiamento educacionais no Brasil, em especial o Programa Dinheiro direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Educação (FNDE) sob a ótica do Programa Dinheiro Direto na Escola e sua contribuição para a implementação de ações voltadas para a valorização da equidade e da melhoria da qualidade da educação escolar quilombola, evidenciando que a política de equidade, para se consolidar, depende de uma gestão escolar democrática e equânime das escolas contempladas e do planejamento do investimento financeiro ancorado as realidades locais das escolas atendidas pelo Programa.

Nesse contexto, observa-se a abrangência e a profundidade dos artigos, que abordam as principais questões e temas relacionados à temática. Produções dessa magnitude e relevância indicam a necessidade de ampliar as pesquisas focadas na educação escolar indígena e quilombola, com o objetivo de aumentar sua visibilidade e demonstrar que essas experiências podem contribuir de maneira significativa para a melhoria da educação escolar de forma geral.

Referências

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

CARRIL, L. de F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017.

BANIWA, G. Indígenas antropólogos: entre a ciência e as cosmopolíticas ameríndias. In: RIAL, Carmem e SCHWADE, Elisete (Org.). *Diálogos antropológicos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

ROSALINA-SILVA, A. *Quilombolas na Pós-Graduação construindo Ebgés de resistência - deslocamentos pessoais, coletivos, político-pedagógicos e pluriépistêmicos no Ensino Superior*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de São Carlos, 2022.